



CÍCERO

DISCURSO POR MARCELO

edição bilíngue

Tradução

**Débora Santos Shinohara
Adriano Scatolin**

Introdução, Notas, Apêndice e Posfácio
Adriano Scatolin


MADAMU

Copyright © 2023 Editora Madamu

Editores: Marcelo Toledo e Valéria Toledo

Projeto Gráfico: KOPR Comunicação

Imagem de capa e miolo: Estátua de Cícero em frente ao Palazzo di Giustizia, Roma, Itália. Fonte: Depositphotos.

Impresso no Brasil.

Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

A Editora Madamu se esforça para garantir a qualidade de suas obras.

Caso encontre algum erro, pedimos a gentileza de nos informar pelo e-mail leitor@madamu.com.br

Todos os direitos reservados à Editora Madamu

Rua Terenas, 66, conjunto 6, Alto da Mooca, São Paulo, SP

CEP 03128-010 — Fone: (11) 2966 8497

www.madamu.com.br

E-mail: leitor@madamu.com.br

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Cícero, Marco Túlio, 106 a.C.-43 a.C.

Discurso por Marcelo / Marco Túlio Cícero; tradução Débora Santos Shinohara, Adriano Scatolin; introdução, notas, apêndice e posfácio Adriano Scatolin. -- 1. ed. -- São Paulo: Editora Madamu, 2023.

Título original: *Pro Marcello*
Bibliografia.
ISBN 978-65-86224-48-1

1. Discursos 2. Literatura latina 3. Oratória 4. Retórica antiga
5. Roma antiga - Civilização - Miscelânea I. Scatolin, Adriano. II. Título.

23-175854

CDD-808.51

Índices para catálogo sistemático :

1. Oratória : Retórica 808.51

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Sumário

Agradecimentos	6
Abreviaturas	10
Introdução.	11
O <i>Discurso por Marcelo</i> na vida e na carreira de Cícero	11
Marco Marcelo e a guerra civil	13
A sessão senatorial do perdão a Marcelo	18
Os objetivos de Cícero no <i>Discurso por Marcelo</i> ..	20
A estratégia de Cícero no <i>Discurso por Marcelo</i> ..	22
O título do discurso	23
A disposição do <i>Discurso por Marcelo</i>	25
O Apêndice	26
O Posfácio	27
O texto latino	27
<i>DISCURSO POR MARCELO</i> – Latim & Português	29
Apêndice	67
Posfácio	105
Bibliografia	121
Sobre o autor	128
Sobre os tradutores	129

Agradecimentos

Este livro tem origem no trabalho de Iniciação Científica de Débora Santos Shinohara, que tive o prazer de orientar no biênio 2010-11. O resultado daquela pesquisa, uma tradução anotada do *Pro Marcello* centrada nos aspectos retóricos e estilísticos do texto, foi publicado alguns anos depois, na revista *Rónai*. O presente livro serve-se daquela excelente tradução como base, a fundação sobre a qual se alicerça todo o trabalho restante. Assim, procedi à sua revisão e anotação, acrescentando-lhe a introdução, o apêndice e o posfácio.

Meu primeiro agradecimento, assim, é à Débora, por ter aceitado que eu retomasse e completasse o projeto de tantos anos atrás.

Devo, ainda, agradecer à Fapesp pela concessão da bolsa de Iniciação Científica de Shinohara (processo 2010/13067-8) e do auxílio para minha participação no 21º Congresso

da ISHR (Londres, 2017), que resultou no artigo aqui republicado no Posfácio (processo 2017/15154-4); a Ermanno Malaspina, pela estimulante discussão sobre o título do discurso; a Ana Cristina Celestino Montenegro, pela ajuda no rastreamento de alguns itens raros da bibliografia; a Carol Rocha, editora de *Rónai*, pela permissão para o uso da tradução; a Lucia Calboli Montefusco e Maria Silvana Celentano, pela permissão para o uso do artigo de *Papers on Rhetoric*; a Eduardo Henrik Aubert, pela assistência legal; a Ana Letícia Eidt Postiga, pela cuidadosa leitura da Introdução; a Marlene Lessa Vergílio Borges, pela leitura atenta de sempre.

E à Adriana, sempre, por tudo.

Adriano Scatolin

Em 2008, após finalizar uma Iniciação Científica sobre variação histórica da língua portuguesa, decidi que gostaria de estudar latim. Declinei da habilitação em alemão e, em 2009, comecei a habilitação em latim. Logo no primeiro curso, tive o prazer e a sorte de ter aulas com o Adriano Scatolin, camisa 10 destes agradecimentos. Adriano é uma combinação muito frutífera entre didática em sala de aula e disposição incansável à pesquisa. Ciceroniano de primeira linha, rapidamente cativa seus alunos mesmo nos primeiros passos do agora saudoso *Reading Latin*.

Foi com esse entusiasmo que, ainda em 2009, começamos a maturar uma empreitada que culminou na tradução de *Pro Marcello*. Entre 2010 e 2011, em projeto de Iniciação Científica com bolsa concedida pela FAPESP – a quem também agradeço –, procedemos à tradução desse discurso, num processo marcado pela generosidade e pela paciência

do Adriano. Também nessa época, Adriano criou um grupo de estudos da obra de Cícero, do qual participaram ainda Marlene Lessa Virgílio Borges, Olavo Vinícius Barbosa de Almeida e Hacmoni Sodré, a quem também sou grata por toda a troca de ideias envolvida.

Agradeço, ainda, ao Renato Razzino, amigo de habilitação que acompanhou esse processo, e à Viviane Souza Madeira, por todo o apoio e amizade não só durante esse período, mas sempre.

Agradeço à Elaine Cristina Sartorelli e ao Sidney Calheiros de Lima, que generosamente me ajudaram quando eu estava pleiteando a bolsa pela FAPESP, e ao Marcelo Vieira Fernandes, professor da última disciplina que fiz no Latim, pelas aulas instigantes e pela tentativa de sempre desenvolver a autonomia e a confiança dos alunos.

Agradeço ao Eduardo Vieira Martins (*in memoriam*), cujas aulas de Estudos Literários foram alicerce para o trabalho com o texto em suas mais diversas formas.

Agradeço aos meus pais, Maria da Penha e Luís Kazuo, pelo suporte em todos os momentos.

Agradeço, por fim, ao Ricardo, maior apoiador de toda e qualquer empreitada que eu me dispuser a fazer, pela cumplicidade, amor, apoio, parceria e incentivo de sempre. É um prazer dividir a vida com você.

Débora Santos Shinohara

Abreviaturas

- FRLO** G. Manuwald (2019). *Fragmentary Republican Latin – Oratory*. Vol. 3-5. Cambridge, Massachusetts, e London: Harvard University Press.
- MRR 2** T. R. S. Broughton (1960). *The Magistrates of the Roman Republic*. Suppl. (1960). Vol. 2. New York: American Philological Association.
- RE** G. Wissowa e W. Kroll, eds. (1893–1980). *Pauly's Realencyclopädie der classischen Altertumswissenschaft*. Vol. 1-34. Stuttgart: J. B. Metzlerscher Verlag.
- TLRR** M. C. Alexander (1990). *Trials in the Late Roman Republic, 149 BC to 50 BC*. Toronto: University of Toronto Press.

Introdução

O Discurso por Marcelo na vida e na carreira de Cícero

Em setembro ou outubro de 46,¹ ao tomar a palavra no Senado para agradecer a Júlio César, vencedor da guerra civil e senhor de Roma, pelo perdão concedido a Marco Cláudio Marcelo, inimigo ferrenho do ditador, Cícero voltava a discursar na Urbe depois de um intervalo de quase quatro anos.² De fato, em 51, o Arpinate vira-se obrigado a deixar Roma para governar a remota província da Cilícia,³ na porção oriental do Império, o que faria de julho de 51 a julho de 50. Não bastasse ter se ausentado de Roma

1. Para a discussão da tradicional data de setembro, cf. Beaujeu 1980: 307-309, que propõe, com argumentos não de todo convincentes, a nosso ver, a data de outubro para o discurso.

Todas as datas mencionadas nesta edição são a.C., salvo observação em contrário. As obras antigas são abreviadas segundo as convenções do *Oxford Latin Dictionary* e do *Greek-English Lexicon* de Liddell, Scott e Jones.

2. Para a síntese a seguir, leia-se a correspondência de Cícero no período e a reconstrução de Mitchell 1991: 232-269, ainda a melhor e mais bem documentada biografia de Cícero. Muito útil também é Rawson 1975: 183-219. Como a maior parte das referências antigas usadas nesta seção será assinalada na anotação do discurso, optamos por não as repetir aqui, para maior leveza e fluidez do texto.

3. Cf. *MRR* 2: 243; 251-252.

contra a vontade, foi justamente quando Cícero estava fora que começaram a se acirrar as hostilidades que culminariam na guerra civil entre César e Pompeu.

Quando retornou da Cilícia, em janeiro de 49, Cícero ainda pôde participar de algumas sessões do Senado em que defendeu a resolução diplomática do conflito, com a aceitação das condições impostas por César — qualquer solução pacífica, por desonrosa que fosse, era-lhe preferível ao conflito armado. Já era tarde, porém: logo César, com seu exército, cruzaria o Rubicão, o rio que servia de fronteira entre a província da Gália Cisalpina, que governava, e a Itália, o que equivalia a uma declaração de guerra contra Roma.

Diante da investida de César, Pompeu ordenou a evacuação de Roma, deixando a Urbe acompanhado da maior parte dos senadores. Cícero, que deplorou o plano de Pompeu, ficou em sua vila de Fórmias, encarregado, primeiro, de guardar Cápua e supervisionar o recrutamento para as forças pompeianas; depois, de guardar a costa da Campânia. Mais tarde, quando as forças pompeianas fizeram a travessia para a Grécia, Cícero permaneceu na Itália, sempre condenando a estratégia e a condução da guerra por parte de Pompeu. A correspondência mostra-o indeciso, hesitando por meses entre ficar e trabalhar pela mediação da paz ou partir para o acampamento de Pompeu, com quem se sentia em obrigação pela atuação decisiva que tivera em sua volta do exílio, oito anos antes.

Depois de muita angústia, Cícero decidiu juntar-se a Pompeu, na Grécia, em junho de 49. Lá chegando, o orador não gostou nada do que viu: de um lado, considerava

as forças pompeianas despreparadas para a guerra contra César; de outro, execrava os planos que ouvia, que previam, em caso de vitória, vingança, proscricções e confisco de bens, segundo o precedente de Sula, vencedor da guerra civil dos anos oitenta, até então a única da história de Roma.⁴ Não assumiu, durante todo aquele período, nenhuma função oficial, tentando inutilmente exortar Pompeu à paz ou, ao menos, à procrastinação do conflito. Não participou da Batalha de Farsalo, supostamente por problemas de saúde. Cícero deu sua participação no conflito por encerrada, retornou à Itália e permaneceu em Brundísio por quase um ano, na angustiante espera da autorização de César para voltar a Roma.

Depois de se encontrar com o ditador, em outubro de 47, pôde finalmente tornar à Urbe; ali, sua atividade política restringiu-se a intervir junto a César e aos cesaristas pelo perdão e retorno dos pompeianos no exílio. Comparecia pouco e a contragosto ao Senado, e manteve um silêncio absoluto até a sessão em que César perdoou Marcelo, ato que viu — ilusoriamente, descobriria depois — como uma espécie de renascimento da República.

Marco Marcelo e a guerra civil

Marco Cláudio Marcelo (94-45), de tradicionalíssima linhagem em Roma, foi um político conservador e grande amigo de Cícero, com quem compartilhava interesses lite-

4. Numa carta a Ático de março de 49 (*Att.* 9.10.6), Cícero chegou a cunhar um neologismo, o verbo *sullaturio*, “agir à maneira de Sula”, para designar os planos de Pompeu no começo da guerra.

rários, filosóficos, retóricos e políticos.⁵ Seu vínculo com Cícero, que era doze anos mais velho, é atestado tanto na correspondência entre os dois⁶ como em registros esparsos ao longo das décadas. Sabe-se que, nos anos cinquenta, os dois compartilharam mais de uma defesa em equipe,⁷ e que Marcelo realizou a defesa de Milão, em 56, atendendo a um pedido de Cícero.⁸ No *Bruto*, diálogo sobre a história da oratória e dos oradores de Roma que escrevera em 46, antes do perdão de Marcelo, Cícero presta uma bela homenagem ao amigo, atribuindo ao personagem Bruto seu elogio (*Brut.* 249-250). Bruto louva a atividade oratória de Marcelo (ele é muito parecido com Cícero, e nada lhe falta da virtude do orador), sua dedicação ao ofício, o consolo que tem, agora no exílio, tanto na consciência de seus atos como na retomada dos estudos e a fortaleza com que enfrenta tal situação.

No campo da política, Marcelo foi eleito para o consulado de 51, que exerceu com Sêrvio Sulpício Rufo.⁹ Com uma postura abertamente hostil a César,¹⁰ seu consulado marcou o início do conflito que se acirraria no ano seguinte

5. Para a vida de Marcelo, ainda é fundamental o artigo de Münzer em *RE*: s. v. "Claudius" (229). Cf. também Lob 1952: 23-29; Ruch 1965: 1-9; Tedeschi 2005: 12-13.

6. Cf. Apêndice.

7. Cf. *TLRR*: casos 295 e 309; *FRLO*: 155.F 4-5.

8. Cf. *TLRR*: caso 266; *FRLO*: 155.F 6.

9. Cf. *MRR* 2: 240-241.

10. Cf. a excelente síntese de Lob 1952: 23: "Sendo, por tradição de família, opiniões pessoais e temperamento, republicano e defensor da autoridade senatorial contra as ambições individuais, [sc. Marcelo] era em todos os aspectos oposto a César" (tradução nossa).

e provocaria a guerra civil.¹¹ Logo no começo do ano, tentou reverter uma medida que César adotara em seu consulado, em 59, ao assentar colonos romanos em Novo Como, na Gália Transpadana. Marcelo pretendia anular a cidadania romana dos colonos, alegando que tal medida excedia as estipulações da proposta de lei em que se baseava e que tinha como verdadeiro motivo a ambição de César,¹² já que podia ser entendida como a formação de uma sólida clientela e base eleitoral.¹³ Aparentemente, a proposta que submeteu ao Senado foi vetada. Não satisfeito, em junho o cônsul desafiou abertamente a medida de César, num episódio polêmico e provocador: mandou vergastar um cidadão daquela cidade, que se encontrava então em Roma. Como esse tipo de castigo era ilegal contra cidadãos romanos, a mensagem era clara: o cônsul não reconhecia sua cidadania, desconsiderando ostensivamente a concessão feita por César. Para aumentar a afronta, ter-lhe-ia dito que fosse mostrar as marcas de sua cidadania a César, em referência aos vergões em suas costas. Algumas fontes antigas¹⁴ atribuem a atitude à indisposição de Marcelo contra César e a uma tentativa deliberada de insultá-lo e desonrá-lo. Sabemos, por uma carta ao amigo Ático (*Att.* 5.11.2), que Cícero condenou tal atitude, considerando-a

11. Cf. Hirt. *Gal.* 8.53.1; Liv. *Per.* 108; Suet. *Jul.* 28.2-3; Plut. *Caes.* 29.1-2; App. *BC* 2.97-99; D.C. 40.59.1; Eutrop. 6.19.2; Oros. 6.15.1, com Lob 1952: 24-26; Gruen 1994 [1974]: 460-464; Mitchell 1991: 236-238; Ramsey 2009: 50-51.

12. Cf. Suet. *Jul.* 28.3.

13. Cf. Gruen 1994 [1974]: 460-461.

14. App. *BC* 2.98; Plut. *Caes.* 29.1.

vergonhosa e com o potencial de desagradar tanto a Pompeu como a César.

O cônsul Marcelo, ademais, usando como pretexto a vitória de César em Alésia e a capitulação de Vercingetorige, em 52, alegou que já não havia motivo para a continuação do comando de César, que governava as Gálias desde 58: ele já poderia ser chamado de volta a Roma, e seu exército, dispensado; também não precisaria mais disputar o consulado *in absentia* (direito que lhe fora concedido num plebiscito de 52), devendo tornar à Urbe para fazê-lo. Se tivesse sucesso, minaria fortemente a posição de César, que contava em manter seu comando até conseguir assegurar seu segundo consulado, que disputaria à distância, a fim de continuar gozando de imunidade legal. Se tivesse de voltar antes do tempo, estaria vulnerável aos ataques de seus inimigos em tribunal.¹⁵ Marcelo, porém, não obteve quórum para fazer passar sua medida. Na impossibilidade de obter o retorno imediato do inimigo, submeteu ao Senado que o comando de César fosse encerrado em 1º de março de 50, mas sua proposta foi vetada pelo colega Sulpício Rufo, mais moderado e conciliador.¹⁶

Em janeiro de 49, com o conflito entre César e os republicanos chegando perto do ponto de ruptura, Marcelo, percebendo o despreparo militar em que a facção pompeiana se encontrava, adotou uma postura mais moderada e propôs

15. Cf. Suet. *Jul.* 30.4; D.C. 40.60.1

16. Sobre a atuação moderadora e legalista de Sêrvio Sulpício Rufo no consulado de 51, cf. Bauman 1985: 34-37.

ao Senado, em vão, que procrastinasse o ultimato a César que resultaria fatalmente na guerra civil, até que novos recrutamentos fossem feitos.¹⁷ Segundo Cícero dá a entender em carta ao amigo (*Fam.* 4.7.2), Marcelo, que deixara Roma e a Itália junto com os pompeianos, não teria tido grande participação nas operações de guerra, uma vez iniciado o conflito. Com a derrota das forças pompeianas na Batalha de Farsalo, em agosto de 48, retirou-se para um exílio voluntário na cidade de Mitilene, na ilha de Lesbos. Recusava-se, com isso, a submeter-se a César e a pedir o seu perdão, numa postura que as fontes antigas são unânimes em retratar como altiva e magnânima.¹⁸ É possível que Marcelo permanecesse em seu exílio voluntário indefinidamente, até sua morte, não fosse a atuação incansável de Gaio Marcelo, seu primo, e de Cícero para convencê-lo, num primeiro momento, a considerar voltar para casa, num segundo, a aceitar o perdão de César, concedido à sua revelia, e tornar a Roma.¹⁹ Cerca de oito meses depois da sessão em que César o perdoou, Marcelo finalmente deu início a sua viagem de volta. Infelizmente, porém, não chegou a levá-la a cabo, pois foi assassinado por Públio Mágio Cilão, seu amigo, em Atenas, onde se encontrara com o ex-colega de consulado Sêrvio Sulpício Rufo. O relato do assassinato foi-nos transmitido pelo próprio Sêrvio, em carta traduzida no Apêndice (*Fam.* 4.12).

17. Cf. Caes. *Civ.* 1.2.2-5; Ruch 1965: 4.

18. Cf. Cic. *Brut.* 250 e *Sen. Dial.* 12.9.4-10.1.

19. Cf. as cartas a Marcelo, no Apêndice.

A sessão senatorial do perdão a Marcelo

As duas principais fontes para a reconstrução da sessão senatorial em que César concedeu o perdão a Marco Cláudio Marcelo são o próprio *Discurso por Marcelo*, que oferece breves acenos ao discurso do ditador, e uma carta de Cícero ao amigo Sêrvio Sulpício Rufo, que fora colega de consulado de Marcelo em 51, como vimos, e que se mantivera neutro durante o conflito.²⁰ A carta (*Fam.* 4.4.3-4, traduzida no Apêndice) descreve para Sêrvio, que então governava a província da Aqueia, o andamento da sessão, as sucessivas intervenções, o discurso de Cícero e as motivações do orador para tomar a palavra, depois de ter mantido absoluto silêncio nas sessões senatoriais de que participara desde sua volta a Roma, em outubro de 47.

Segundo o relato da carta, então, o primeiro a tomar a palavra foi o sogro de César, Lúcio Calpúrnio Pisão Cesonino. De sua intervenção, sabemos apenas que fez menção a Marcelo. Em seguida, Gaio Marcelo, primo de Marco Marcelo e um dos cônsules de 50, prostrou-se aos pés de César, ao que o Senado em peso se ergueu, unindo-se às súplicas de Gaio pelo primo.²¹ Em resposta, César tomou a palavra, reprimando, de um lado, a acerbidade de Marcelo, certamente em referência à postura anticesariana deste em seu consu-

20. Cf. Bauman 1985: 45-47.

21. Segundo Cícero afirma no discurso, tanto Gaio Marcelo (§ 10) como o Senado em geral (§ 33) estavam em lágrimas, nessa intervenção.

lado, e louvando nos mais altos termos, de outro, a equidade e a prudência de seu colega Sêrvio, em provável aceno a sua postura legalista, moderada e refreadora naquele ano de 51. Pelas observações espalhadas pelo discurso, sabemos que a repreensão à postura de Marcelo foi acompanhada da queixa pelas ofensas e ultrajes que o cônsul de 51 lhe teria infligido (§ 3) e pelas ameaças de atentado que vinha sofrendo (§ 21), dando provavelmente a entender que o perdão do inimigo poderia custar-lhe a vida. Ainda assim, César o perdoaria, se tal era o desejo do Senado.

Após seu discurso, César pedira o parecer dos senadores sobre sua decisão.²² Na carta, Cícero fala de um apoio maciço do Senado, à exceção de Lúcio Volcácio Tulo, um dos cônsules de 66, que teria desaconselhado o perdão, dizendo a César que não o faria, se estivesse em seu lugar. Quando chegou a vez de Cícero, o orador decidiu romper o silêncio que mantinha desde sua volta a Roma, proferindo um longo discurso de agradecimento a César. O *Discurso por Marcelo* é a versão escrita dessa fala, publicada posteriormente.

22. Gotoff 2002: 225 nota o caráter estranho e artificial de submeter uma decisão já tomada ao voto do Senado. Embora nem a carta nem os trechos esparsos do discurso que tratam da sessão o expliquem, podemos supor que César desejava confirmar que tal era a vontade do Senado (afinal, era nisso que se apoiava sua decisão de perdoar Marcelo), ao mesmo tempo que dava aos senadores a oportunidade de expressar sua gratidão, conforme a hipótese de Shackleton Bailey 1977: 362.

Os objetivos de Cícero no *Discurso por Marcelo*

O objetivo ostensivo do *Pro Marcello*, assinalado tanto na carta a Sulpício Rufo (*Fam.* 4.4.4) como no discurso (§ 33), é agradecer a César pelo perdão a Marcelo. Cícero viu-se praticamente obrigado pelas circunstâncias a quebrar o silêncio que vinha mantendo no Senado durante o domínio de César. Se até aquele momento o orador já tinha o receio, como observa na carta (*Fam.* 4.4.4), de que seu silêncio pudesse ser interpretado como uma crítica velada ao regime, uma negação de sua legitimidade, o que dizer se não tomasse a palavra naquela sessão, em que os senadores, em peso e com uma única exceção, davam mostras de reverência e gratidão pela medida do ditador? Seria uma enorme afronta e ofensa a César, que Cícero evitava ao mesmo tempo com alívio e apreensão, já que a partir dali seria impossível tornar à postura inicial.

Como quer que seja, o orador serve-se do pretexto do agradecimento, que ocupa uma porção bastante limitada do discurso, restrita ao exórdio e à peroração,²³ para conferir um enquadramento republicano à medida de César²⁴ e, a partir disso, exortá-lo, assumindo a posição implícita de conselheiro político,²⁵ a adotar um programa de reconstrução da

23. Embora agradeça explicitamente apenas em *Marc.* 33, no começo da peroração, Cícero observa que com isso retorna ao ponto de partida do discurso, dando a entender que o exórdio apresenta um agradecimento indireto a César, implícito no elogio que faz das virtudes que o levaram a perdoar Marcelo.

24. Cf. Tedeschi 2005: 22; 29.

25. Cf. Gotoff 2002: 226; 230-235.

República, assentado na política de perdão dos pompeianos remanescentes e de reconciliação com os antigos inimigos. Ora, Cícero não elogia a medida de César apenas do ponto de vista das virtudes do ditador que a possibilitaram, mas também porque representaria uma espécie de aceno à volta da normalidade institucional republicana, já que César teria colocado a vontade e a autoridade do Senado acima de sua posição pessoal acerca do antigo inimigo (§ 3). Cícero pretende agora assegurar que o ditador dê continuidade a sua política de clemência e perdão dos pompeianos derrotados no exílio, o que faz sobretudo pelo elogio das virtudes de César propícias a tal política (§§ 1; 9; 12; 16; 19; 21) e pela proposta da honra e da glória verdadeiras como recompensas das ações do ditador²⁶ (§§ 3; 4; 7; 19; 26).

Outro objetivo do discurso é isentar os pompeianos de culpa pela guerra (§§ 13; 20). Cícero o faz de maneira engenhosa, usando a própria política cesarista de perdão como prova de que não se tratava de criminosos (§ 13). A ideia, que será mais amplamente desenvolvida na *Defesa de Ligário* (§§ 18-19), é que César não teria perdoado Cícero, Marcelo e outros se considerasse que haviam agido criminosamente.²⁷ Outro estratagema é a quase total despolitização das causas de guerra²⁸ (§ 13) e a atribuição desta a um castigo divino²⁹ (§ 18). Na mesma linha, pretende assegurar a união e a con-

26. Para o detalhamento de tal estratégia, ver seção seguinte.

27. Cf. Gotoff 2002: 227, n. 24; 230.

28. Cf. Kerkhecker 2002: 102-108.

29. Cf. Tedeschi 2005: 23.

córdia dos que restaram (§§ 32-33), independentemente da posição adotada na guerra civil, em torno da reconstrução do pós-guerra.

A estratégia de Cícero no *Discurso por Marcelo*

A estratégia adotada por Cícero no discurso baseia-se na “leitura” de César, ou seja, na observação atenta das palavras, atitudes, ações, propaganda e escritos do ditador e de seus correligionários, bem como em sua apropriação, transformação e utilização para fins próprios. Em termos retóricos, tal princípio é o da adequação ao ouvinte: para buscar alcançar os objetivos elencados na seção anterior, Cícero parte sempre de ideias e pressupostos do próprio César, para em seguida subvertê-los, reapresentando-os sob o seu próprio ponto de vista. Para mais facilmente cativar César, Cícero fará amplo uso do elogio do ditador, sobretudo na primeira metade do discurso. A recompensa que lhe propõe, caso aceite o aconselhamento político que oferece, são a honra e a glória verdadeiras, tanto para agora como para a posteridade.

O elogio a César é de dois tipos, qualificado e condicionado. O elogio qualificado é usado para abordar os feitos bélicos do ditador e é sempre seguido de alguma palavra ou expressão que o qualifica e restringe, diminuindo-o de alguma maneira.³⁰ O elogio condicionado, em contrapartida, livre de qualquer objeção, é usado para abordar as virtudes

30. Cf. Gotoff 2002: 228; von Albrecht 2003: 171; Scatolin 2018a: 137.

de César que servem aos interesses de Cícero, como a misericórdia, a clemência, a brandura, a generosidade, a justiça, a equidade e, acima de todas, como que a propiciar e garantir as demais, a sabedoria³¹ — ou seja, todas as qualidades do vencedor da guerra civil que contribuem para uma vitória moderada, desprovida de ira, violência, arbitrariedade e mortes desnecessárias, e para o perdão dos pompeianos derrotados. Crucialmente, este segundo tipo de elogio só tem validade se César continuar a fazer uso de tais virtudes — daí a sua denominação, já que busca condicionar e enquadrar a postura do ditador.

É de observar, ainda, que Cícero enfatiza, ao longo do discurso, que as virtudes que louva com o elogio condicionado são maiores (§ 6), mais verdadeiras (§ 19) e sólidas (§ 29) do que a virtude bélica, objeto do elogio qualificado.

O título do discurso

O *Discurso por Marcelo* foi transmitido unanimemente, na tradição manuscrita, como *Pro Marcello*.³² Tal título confunde-se, em latim, com o das defesas empreendidas por Cícero em contexto judicial, que sempre apresentam, como título, a fórmula *pro* (literalmente, “em defesa de”) + o nome do réu, e sua tradução mais simples seria, portanto, *Defesa de Marcelo* — um erro evidente, uma vez que o que temos

31. Cf. Scatolin 2018a: 137.

32. Cf. von Albrecht 2003: 170.

aqui, como apresentado acima, é um discurso político em contexto senatorial.

O problema se complica porque, à diferença de outros casos, Cícero não nos transmite o título do discurso, nem mesmo na carta a Sêrvio Sulpício Rufo em que fala a seu respeito.³³ A origem provável do erro, pode-se considerar, seria que o título é posterior a Cícero e que teria sido dado por analogia com os outros dois discursos cesarianos (*Pro Ligario* e *Pro rege Deiotaro*), que são defesas em contexto judicial, uniformizando o conjunto.³⁴

Em vista do problema, os estudiosos do *Discurso por Marcelo* viram-se na obrigação de conjecturar qual teria sido o título original da obra. A solução a que chegaram foi o título *De Marcello*³⁵ (“Discurso sobre Marcelo”)³⁶ ou alguma variação dele, como *De Marcello gratiarum actio*³⁷ (“Discurso de agradecimento por Marcelo”) ou *De Marcello gratiarum actio ad Caesarem*³⁸ (“Discurso de agradecimento a César por Marcelo”). A vantagem da primeira solução é encontrar apoio no testemunho de gramáticos antigos,³⁹

33. A descrição de Cícero, em *Fam.* 4.4.4, é sumária: *pluribus verbis egi Caesari gratias* (“agradei a César num longo discurso”).

34. Devo esta explicação a Ermanno Malaspina.

35. Cf. von Albrecht 2003: 170-171.

36. Tal foi a solução adotada originalmente em Shinohara 2015.

37. Como sugere Lob 1952: 29, n. 4.

38. É a sugestão de Ruch 1965: 7.

39. O título *De Marcello* é usado, segundo von Albrecht 2003: 170, por Arusiano Méssio e Sêrvio, ambos do século IV d.C. Cf. também Gasti 1997: 74.

mas, por outro lado, desconsidera o fato de que o discurso fala muito pouco, em sentido estrito, sobre Marco Marcelo.

Diante da impossibilidade de saber com certeza qual teria sido o título original do *Pro Marcello*, buscamos, em português, uma solução de tradução que levasse em conta o título transmitido, mas evitasse o erro de inserir o discurso em contexto judicial e desse conta das circunstâncias de seu proferimento. Assim, adotamos a solução *Discurso por Marcelo* porque, por um lado, pode pressupor a ideia de agradecimento (ou seja, *Discurso [de agradecimento] por Marcelo*), por outro, pode sugerir a ideia de que Cícero está agradecendo em nome de Marcelo, o que seria uma tradução perfeitamente legítima, ainda que não usual, de *Pro Marcello*.⁴⁰

A disposição do *Discurso por Marcelo*

Não há um consenso sobre a disposição do *Discurso por Marcelo*, à exceção do exórdio e da peroração. Assim, diferentes estudiosos propuseram diferentes ordenações para as seções centrais do discurso.⁴¹ Sem pretensão de exaustividade temática, adotamos, aqui, a combinação que nos parece mais simples e precisa, contemplando o seu andamento nas linhas mais gerais:

40. No *Panegírico de Trajano*, por exemplo, Plínio, o Jovem, faz uso da construção *gratias agere pro* para expressar a ideia de que está agradecendo ao Príncipe também em nome de seu colega de consulado, Cornuto Tertulo (§ 4).

41. Cf. Lob 1952: 33-34; MacKendrick 1995: 406-408; Kerkhecker 2002: 100; Winterbottom 2002: 31, n. 13; Tedeschi 2005: 22; Tempest 2013a: 267; Volk 2021: 141; Volk 2023: 207.

Exórdio 1-4a: elenco dos efeitos da medida de César sobre Cícero; elogio de Marcelo;

Primeira Argumentação 4b-20: voltada para o passado, centra-se no elogio de César;

Segunda Argumentação 21-32: voltada para o futuro, centra-se na exortação a César;

Peroração 33-34: agradecimento final a César.

O Apêndice

No Apêndice, traduzimos todas as cartas da correspondência de Cícero relacionadas a Marco Marcelo e ao seu perdão por parte de César. Sua leitura serve de pano de fundo para o *Discurso por Marcelo*, lançando luz sobre vários aspectos do texto, como a natureza e o andamento da sessão senatorial em que César concedeu o perdão, os esforços de Cícero pelo perdão e retorno do amigo, o vínculo que unia Cícero e Marcelo, a reação deste à notícia da concessão do perdão, sua demora e relutância em tornar a Roma e o relato de seu assassinato, em Atenas, na viagem de volta à Urbe. Na anotação do discurso, procuramos assinalar os principais pontos também tratados nas cartas. A nota introdutória do Apêndice dá conta dos critérios envolvidos em sua escolha e ordenação e da natureza e datação (quase sempre conjectural) de cada carta.

O Posfácio

No Posfácio, apresentamos a tradução em português do artigo “O louvor a César no *Pro Marcello*: releitura de uma estratégia retórica”, originalmente publicado em *Papers on Rhetoric XIV* (Scatolin 2018a). Nele, o leitor terá não apenas o aprofundamento do estudo dos dois tipos de elogio do *Discurso por Marcelo*, como também poderá observar sua fundamentação filosófica e sua relação com as *Filípicas* de Cícero, no elogio que o orador faz de Otaviano e no vitupério de Marco Antônio.

Texto latino

Para o *Pro Marcello*, seguimos o texto latino estabelecido por Clark 1918; para as cartas do Apêndice, usamos Shackleton Bailey 1988.

Pro Marcello

Discurso por Marcelo

Latim & Português

PRO MARCELLO

1. Diuturni silenti, patres conscripti, quo eram his temporibus usus, non timore aliquo, sed partim dolore, partim verecundia, finem hodiernus dies attulit, idemque initium quae vellem quaeque sentirem meo pristino more dicendi. Tantam enim mansuetudinem, tam inusitatam inauditamque clementiam, tantum in summa potestate rerum omnium modum, tam denique incredibilem sapientiam ac paene divinam tacitus praeterire nullo modo possum. 2. M. enim Marcello vobis, patres conscripti, reique publicae red-

42. Cícero tornara a Roma cerca de um ano antes do proferimento do discurso, depois de seu encontro com César (Plut. *Cíc.* 39.4-6; cf. Marinone 2004: 185; 190). Nesse ínterim, sua atividade política consistiu, em essência, em interceder privadamente, junto a César e aos cesaristas, pelo retorno dos muitos pompeianos que se encontravam então no exílio (cf. Winterbottom 2002: 28). No Senado, em contrapartida, a que comparecia pouco e a contragosto, o Arpinate parece ter se abstido, até esta sessão, de participar dos debates. Cf. Jehne 1987: 336, n. 142; Kerkhecker 2002: 97-98 e Hall 2009: 106, n. 43.

43. Na carta a Sérvio Sulpício Rufo em que descreve a sessão senatorial do perdão de Marcelo (*Fam.* 4.4.4, traduzida no Apêndice), Cícero faz duas observações sobre o silêncio que mantivera nas sessões senatoriais durante a ditadura de César: 1) sua motivação era a falta que sentia de seu antigo *status* e prestígio; e 2) tal silêncio causava-lhe apreensão, porque poderia ser interpretado pelo ditador como uma crítica velada de seu regime. Assim, é evidente que estas palavras iniciais do discurso têm caráter apologético e buscam lançar uma luz diferente sobre o silêncio de Cícero. Tal postura, nesta versão (cf. *Marc.* 2), se deveria não ao *temor* de César ou do regime, mas ao *sofrimento* causado pela separação de Marcelo, que defendera a mesma causa na guerra civil, e ao *pudor* por estar numa situação mais favorável do que a

DISCURSO POR MARCELO

1. O prolongado silêncio, senhores senadores, de que me valera nos últimos tempos,⁴² não por algum temor, mas em parte por sofrimento, em parte por pudor,⁴³ teve fim com o dia de hoje, que representou, ao mesmo tempo, o ponto de partida para eu dizer o que quero e o que penso, segundo meu antigo costume.⁴⁴ É que não posso de modo algum deixar passar em silêncio tamanha brandura, essa clemência de tal modo inédita e inaudita, tamanho comedimento em meio ao poder supremo sobre todas as coisas,⁴⁵ uma sabedoria tão incrível, enfim, e quase divina. 2. É que, com a restituição de Marco Marcelo a vós, senhores senadores, e à República,

dele. É de observar, por fim, que, em *Marc.* 20, Cícero afirma que é uma enorme honra para César que os pompeianos não tivessem motivo para temê-lo. Sobre o silêncio de Cícero e sua motivação, cf. Rambaud 1984: 43; Tedeschi 2005: 9, n. 11; Li Causi 2008: 105; Picone 2008: 65; Marchese 2014: 79 e 84; sobre o tema da dor, cf. Connolly 2011: 169.

44. Nas cartas da época do domínio de César, Cícero refere-se em mais de uma ocasião à perda da liberdade de expressão. Cf. *Fam.* 4.9.2 (carta a Marcelo traduzida no Apêndice); 4.14.1; 9.16.3 (referências em Wirszubski 1968: 89, n. 6; cf. ainda Tedeschi 2005: 9-11 e, para uma síntese do tema, Hall 2009: 90-92).

45. O latim também permite a leitura "tamanho comedimento em todas as coisas, em meio ao poder supremo". César acumularia muitos poderes nos anos de seu domínio, sendo os principais o consulado de 48 e de 46 a 44; a ditadura várias vezes renovada entre 49 e 44, decenal a partir de 46 e perpétua a partir do começo de 44; o poder tribunicio; e a curadoria dos costumes, trienal a partir de 46, perpétua e sem colega a partir de 45. Cf. Suet. *Jul.* 76; D.C. 42.20; 43.14.4-5; 43.44.2 e 44.5.3; App. *BC* 2.442, com *MRR* 2: 256-257; 262; 272; 286; 293-295; 304-306; 315-318; 333; Jehne 1987: 321 ss., Sordi 2003 e Gardner 2009: 57-60.

dito non illius solum sed etiam meam vocem et auctoritatem vobis et rei publicae conservatam ac restitutam puto. Dolebam enim, patres conscripti, et vehementer angebar, cum viderem virum talem, cum in eadem causa in qua ego fuisset, non in eadem esse fortuna, nec mihi persuadere poteram nec fas esse ducebam versari me in nostro vetere curriculo illo aemulo atque imitatore studiorum ac laborum meorum quasi quodam socio a me et comite distracto. Ergo et mihi meae pristinae vitae consuetudinem, C. Caesar, interclusam aperuisti et his omnibus ad bene de re publica sperandum quasi signum aliquod sustulisti.

3. Intellectum est enim mihi quidem in multis et maxime in me ipso, sed paulo ante omnibus, cum M. Marcellum

46. Os estudos a que Cícero se refere são os de retórica e filosofia (cf. *Brut.* 249-250); os labores parecem dizer respeito à atividade forense (os dois oradores haviam defendido causas em equipe, nas defesas de Escauro, em 54, e de Milão, em 52; em *Brut.* 250, o personagem Bruto enfatiza a semelhança entre os dois oradores) e, talvez, à política, como sugerido pelo termo *socio* ("aliado"), usado em seguida. Para a identidade de interesses entre Cícero e Marcelo, cf. *Fam.* 4.7.2, 4.9.3 e 15.9.1 (cartas traduzidas no Apêndice), Focchi 1990: 187 e Bianco 2017: 475; para a carreira oratória de Marcelo, cf. *FRLQ*: 155.

47. Trata-se de metáfora militar, no original, alusão à bandeira vermelha (*vexillum*) hasteada na tenda do general como indicação para ataque.

considero preservadas e restabelecidas para vós e a República minha própria voz e autoridade, não apenas as dele. De fato, eu sofria, senhores senadores, e angustiava-me profundamente, ao ver um homem tal, apesar de ter estado na mesma situação em que eu, não compartilhar da mesma sorte; não me podia convencer, nem considerava conforme à justiça divina, que nos entregássemos a nossa antiga conduta, enquanto aquele rival e imitador de meus estudos e labores⁴⁶ era de mim — ele, que era como que uma espécie de aliado e companheiro — arrebatado. Portanto, Gaio César, tu desobstruíste para mim as atividades, até então impedidas, de minha antiga vida, e deste a todos os aqui presentes como que um sinal⁴⁷ de que devemos nutrir boas esperanças sobre a República.⁴⁸

3. Efetivamente, ficou claro para mim, e há pouco para todos, que em muitos casos, e principalmente no meu próprio, quando agraciaste Marco Marcelo em consideração ao

48. Ao descrever para o amigo Sulpício Rufo a maneira como César cedera aos rogos do sogro Pisão e às súplicas de Gaio Marcelo e de todo o Senado (*Fam.* 4.4.3), Cícero observa que a postura surpreendente do ditador fizera-o ter um breve vislumbre do renascimento da República. O motivo, claro está, é o fato de a autoridade do Senado prevalecer sobre os motivos pessoais do ditador (no caso, o ressentimento pela postura hostil de Marcelo e o temor de um atentado), como o andamento do discurso evidenciará (cf. *Marc.* 3). Sobre a esperança depositada em César acerca do futuro da República, cf. ainda *Fam.* 13.68.2, carta a Servílio Isáurico escrita por volta da época do discurso (referência em Winterbottom 2002: 31; cf. ainda Riemer 2001: 17). Sobre a alternância de desânimo e euforia na correspondência de Cícero no ano de 46, cf. Cipriani 1977: 122. O período de esperança (agosto e setembro) coincide, aproximadamente, com a época do discurso.